

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL
SOLAR COREMAS S.A.

RESULTADOS
2025



ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR COREMAS S.A.
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 26 de março de 2026 – A Administração da ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR COREMAS S.A.

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais de 2025 e 2024. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR COREMAS S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	35.986	43.274
Tributos a recuperar	5	14.430	14.430
Total do circulante		50.416	57.704
Não circulante			
Imobilizado - Terrenos	7	575.860	473.051
Total do não circulante		575.860	473.051
Total do ativo		626.276	530.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR COREMAS S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital			
Capital social	8.1	1.274.000	1.274.000
Prejuízos acumulados		(747.724)	(743.245)
Recursos destinados para futuro aumento de capital	6	100.000	-
Total do patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital		626.276	530.755
Total do passivo e patrimônio líquido		626.276	530.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR COREMAS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	10	(4.069)	(4.656)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(4.069)	(4.656)
Despesas financeiras		(410)	(791)
Despesas financeiras líquidas		(410)	(791)
Prejuízo do exercício	11	(4.479)	(5.447)
Prejuízo por ação (R\$)	11	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR COREMAS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Prejuízo do exercício	11	(4.479)	(5.447)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício		(4.479)	(5.447)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR COREMAS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	Número de Ações	Capital Social	Prejuízos acumulados	Recursos destinados a futuro aumento de capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024		1.214.000	1.214.000	(737.798)	60.000	536.202
Prejuízo do exercício	11	-	-	(5.447)	-	(5.447)
Recursos destinados a futuro aumento de capital		60.000	60.000	-	(60.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.274.000	1.274.000	(743.245)	-	530.755
Prejuízo do exercício	11	-	-	(4.479)	-	(4.479)
Recursos destinados a futuro aumento de capital		-	-	-	100.000	100.000
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.274.000	1.274.000	(747.724)	100.000	626.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR COREMAS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado			
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Outros custos operacionais	10	(4.069)	(4.656)
Valor adicionado bruto		(4.069)	(4.656)
Valor adicionado líquido		(4.069)	(4.656)
Valor adicionado total a distribuir		(4.069)	(4.656)
Distribuição do valor adicionado:		(4.069)	(4.656)
Remuneração de capital de terceiros			
Juros		410	791
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízos acumulados	11	(4.479)	(5.447)
		(4.069)	(4.656)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR COREMAS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	11	(4.479)	(5.447)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(4.479)	(5.447)
Atividades de investimentos			
Adições de bens do imobilizado	7	(102.809)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(102.809)	-
Atividades de financiamento			
Recursos destinados a futuro aumento de capital	6	100.000	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		100.000	-
Variação líquida do caixa		(7.288)	(5.447)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4.1	43.274	48.721
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4.1	35.986	43.274
Variação líquida do caixa		(7.288)	(5.447)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR COREMAS S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em reais, exceto quando indicado ao contrário).

1 Contexto operacional

A Energisa Geração Central Solar Coremas S.A (“Companhia”), é uma Companhia fechada, regida pelo presente estatuto e pelas leis vigentes, tendo sua sede e foro no Município de Cataguases, estado de Minas Gerais, cujo objetivo social é o desenvolvimento e exploração do parque solar denominado Energisa Geração Solar Coremas (“Empreendimento”), localizado no Município de Coremas, estado da Paraíba, bem como a comercialização de energia proveniente do empreendimento.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa e foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

3 Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Políticas contábeis materiais

- a) Caixa e equivalentes de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b) Tributos a recuperar:** referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;
- c) Transações com partes relacionadas - remuneração dos administradores:** a remuneração dos administradores, que corresponde ao pessoal-chave da Administração do Grupo, considera cada uma das categorias descritas na IAS 24 (CPC 05 (R1)) – Divulgações de Partes Relacionadas;
- d) Imobilizado:** itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada.

Depreciação: itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- e) Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado, recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos são contabilizados no resultado do exercício,

exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, hipótese em que o tributo diferido é igualmente reconhecido no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável.

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Empresa possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Empresa tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Empresa avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza;

- f) **Demonstração do valor adicionado:** preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG09/CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais. Portanto, não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e crédito de descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: (i) aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras; (ii) exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela Administração, e (iii) introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos, estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	35.986	43.274
Total - circulante	35.986	43.274

5 Tributos a recuperar

	2025	2024
Contribuições ao PIS e à COFINS	14.430	14.430
Total - circulante	14.430	14.430

6 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa S/A, que detém (100% do capital total).

Transações com partes relacionadas efetuadas durante o exercício pela Companhia:

		Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽¹⁾
Energisa S/A		(100.000)
	2025	(100.000)
	2024	-

(1) Os recursos destinados a futuro aumento de capital não são remunerados.

7 Imobilizado

	Saldos 2024	Adições	Saldos 2025
Imobilizado em serviço			
Custo			
Terrenos	312.421	-	312.421
Total do imobilizado em serviço	312.421	-	312.421
Imobilizado em curso	160.630	102.809	263.439
Total do imobilizado	473.051	102.809	575.860

	Saldos 2023	Saldos 2024
Imobilizado em serviço		
Custo		
Terrenos	312.421	312.421
Total do imobilizado em serviço	312.421	312.421
Imobilizado em curso	160.630	160.630
Total do imobilizado	473.051	473.051

8 Patrimônio líquido

8.1 Capital Social

O capital social é de R\$1.274.000 (R\$1.274.000 em 2024) representado por 1.274.000 (1.274.000 em 2024) ações ordinárias, sem valor nominal.

9 Despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(4.479)	(5.447)
Alíquota fiscal combinada nominal	24%	24%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	1.075	1.307
Ajustes:		
Créditos tributários líquidos constituídos no exercício	(429)	(1.307)
Outros ajustes	(646)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	-	-

10 Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Total	
		2025	2024
Outras	(4.069)	(4.069)	(4.656)
	(4.069)	(4.069)	(4.656)

11 (Prejuízo) por ação

	2025	2024
(Prejuízo) do exercício	(4.479)	(5.447)
Média ponderada das ações	1.254.000	1.254.000
(Prejuízo) básico por ação - R\$ ⁽¹⁾	-	-

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

12 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras da Companhia não foram impactadas por transações não caixa relevantes. Em 31 de dezembro de 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia são:

	2024
Atividades de financiamento	
Aumento de Capital	60.000

Diretoria

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho
Diretor Administrativo

Nicolas J. Octavio Pinon de Manfredi
Diretor de Geração

Gioreli de Sousa Filho
Diretor

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC-RJ nº 107310/0